



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1865711 - MS (2021/0092880-6)

RELATOR : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**
AGRAVANTE : LEONARDO MANOEL MARQUES
ADVOGADO : MAURO JOSÉ GUTIERRE - MS006494
AGRAVADO : COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DE ASSOCIADOS DO CENTRO SUL DO MATO GROSSO DO SUL - SICREDI CENTRO-SUL MS
ADVOGADO : RICARD JEAN MACAGNAN DA SILVA - MS009865

DECISÃO

Cuida-se de petição de tutela provisória em agravo em recurso especial interposto por LEONARDO MANOEL MARQUES, com pedido liminar de atribuição de efeito suspensivo (fl.412), contra decisão que inadmitiu recurso especial (fls. 308/313) que, por sua vez, foi apresentado ao acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL.

Requer a parte agravante que o agravo em recurso especial seja recebido com efeito suspensivo, porque "considerando que o eminente risco em razão de que o Juízo de primeiro grau decidiu das andamento aos atos expropriatórios do processo de execução, expedindo carta de adjudicação do imóvel penhorado, sem aguardar a decisão de impenhorabilidade aqui discutida." (fl. 413).

É, no essencial, o relatório. Decido.

De acordo com o art. 300 do CPC, a tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. Em análise preliminar, não está configurado o *periculum in mora*.

A parte agravante não comprovou o risco de dano irreparável ou de difícil reparação, pois apenas fez o pedido de liminar de concessão de efeito suspensivo apenas com argumentos genéricos, sem especificação ou individualização do caso concreto.

Dessa forma, não houve a demonstração de como o possível erro no julgamento proferido pelo Tribunal de origem reclamaria intervenção urgente, a fim de se evitar "dano grave, de difícil ou impossível reparação" (AgInt no TP n. 851/RJ, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 28/5/2018).

Ante o exposto, indefiro o pedido de efeito suspensivo ao agravo em recurso especial sem prejuízo do ulterior juízo de admissibilidade do recurso pelo ministro relator, a quem deve ser encaminhado o processo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI
Vice-Presidente, no exercício da Presidência